

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o projeto. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

* * *
- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, recebi há pouco uma notícia que saiu no jornal “O Estado de S. Paulo”. Essa notícia, na verdade, é de 30 de março de 2017, mas fui alertado há pouco. Assim como o pronunciamento do deputado Carlos Neder, essa notícia trata da Linha 5 e da Linha 17.

Entendemos as necessidades da zona sul. Está havendo uma transferência de recursos da Linha 6 para a Linha 5. O metrô é necessário, realmente. É por isso que o nosso deputado Enio Tatto, por exemplo, que mora naquela região, votará favoravelmente. Mas nós, da bancada, votaremos contra e apresentaremos as razões de nosso voto por escrito.

Mas eu gostaria de fazer um alerta sobre algo gravíssimo, em nosso entendimento. O Governo do Estado lançou um edital de concessão de duas linhas: a Linha 5 do Metrô e a Linha 17 da CPTM. Eu pedi para que nossa assessoria procurasse o edital, mas, segundo a matéria do “Estadão”, o governo concederá à iniciativa privada, por 189 milhões, a exploração dessa linha, cujo lucro é estimado em 11 bilhões. Refere-se à exploração dos espaços e à remuneração pela linha.

Neste momento, estamos votando um remanejamento de financiamento da Linha 6 para a Linha 5, de 200 milhões, apenas para uma linha, para continuar a obra. Esse dinheiro está sendo alocado para o próprio estado continuar a obra. A concessão é de 189 milhões, valor mínimo, por duas linhas. Porém, só hoje, estamos colocando 200 milhões, dez milhões a mais do que o valor mínimo da outorga onerosa. Essa é a razão que fará com que a bancada do PT vote contra o projeto, mesmo entendendo a necessidade da linha, pela extensão.

Gostaríamos de ouvir, por parte do governo, maiores esclarecimentos sobre isso, pois essa informação que nos chega é muito grave.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sem maiores delongas, quero esclarecer que amanhã apresentarei toda a demonstração de que está havendo uma confusão e nada disso procede.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito.
O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PRB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PRB.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do PMDB.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do PSOL.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do PSB.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do Partido dos Trabalhadores.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do PSD.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do PV.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PP está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do PP.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do DEM.

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução do PSC.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, quero indagar de V. Exa. se é maioria simples ou qualificada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Maioria simples. Precisam votar 48 deputados. Temos que ter, para a aprovação do projeto, 50% mais um dos votantes. Isso vale para “sim” ou para “não”, para aprovar ou para rejeitar o projeto.

O SR. ENIO TATTO - PT - A zona sul quer esse metrô desde 1998, até a Chácara Klabin, mas quer, também, que ele se estenda do outro lado, para chegar até o Jardim Ângela, Menininha ou Vera Cruz. Por isso, eu voto sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, mais uma vez, para ratificar a nossa posição, a informação sobre o lançamento do edital por um valor menor que o do financiamento, que nós estamos transferindo hoje, é a razão que faz com que votemos “não”, apesar de entendermos que as duas regiões da Capital precisam ter o Metrô.

São duas regiões que tiveram um debate amplamente prometido pelo Governo: a região da zona norte, Freguesia e Brasíliaândia, e, da mesma maneira, o extremo Sul de São Paulo. Porém, como a bancada vai contestar esse edital, que concede à iniciativa privada, a preço de banana, investimentos de bilhões por parte do Poder Público, nós votaremos “não” e apresentaremos o voto por escrito, cuja a declaração passo a ler:

Declaração de Voto ao Projeto de lei nº 79, de 2017
O Projeto de Lei nº 79 de 2017 trata de remanejamento de parte dos recursos mencionados no Aditivo nº 01 assinado pelo Governo do Estado de SP com o BNDES em 09/11/2016, entre os projetos “Expansão da Linha 5 - Lilás - Trecho Largo Treze - Chácara Klabin” no valor de R\$ 760 milhões e “Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo” no valor de R\$ 740 milhões. Por este PL o Poder Executivo solicita ao BNDES a transferência de R\$ 200 milhões, destinados à implantação de Linha 6 - Laranja para utilização na expansão da Linha 5 - Lilás, passando dos atuais R\$ 760 milhões para R\$ 960 milhões, permanecendo o valor original do contrato no valor total de R\$ 1,5 bilhão, autorizados respectivamente pelas Leis nº 16.103 de 12/01/2016 e nº 14.987 de 17/04/2013 alterada pelas leis 15.388/2014 e 15.567/2014.

A justificativa para este remanejamento dos recursos oriundos do BNDES da Linha 6 para a Linha 5 está no fato das obras da primeira estarem momentaneamente paralisadas.

As receitas com operações de crédito para as duas obras nos anos de 2014 a 2016 apontam um total de R\$ 5,7 bilhões previstos sendo que já foram arrecadados R\$ 4,3 bilhões, ou 75%.

Analisando de forma detalhada a situação de todas as obras envolvidas neste “remanejamento” de empréstimos, percebemos que os problemas se avolumam.

Encontramos atrasos constantes nas obras, denúncias de fraudes nas licitações, empresas envolvidas na Lava Jato e privatizações/concessões que transferem “quase de graça” o patrimônio público para o setor privado.

A construção da Linha 5 do Metrô, por exemplo, foi iniciada em 1998 e teve o primeiro trecho inaugurado em 2002, servindo de vitrine eleitoral de Geraldo Alckmin, do PSDB, no segundo turno, contra José Genoíno Neto, do PT.

Foram abertos 8,4 km de extensão, com seis estações, indo do Capão Redondo ao Largo Treze. Essa linha permaneceu inalterada até 2014, quando liberaram mais 1,5 km e uma estação, a de Adolfo Pinheiro.

A previsão para entrega do resto da linha - mais 11 quilômetros e 10 estações - estava previsto para 2014, mas como os prazos nunca são seguidos em São Paulo, o término está atrasado e a expectativa de entrega de mais 9 estações ficou para o final de 2017, 4 anos depois do prometido. A última estação está prevista apenas para 2018.

Cumprir registrar que a segunda etapa de construção da linha 5 - Lilás do Metrô esteve envolvida em casos de corrupção, segundo a Justiça paulista, havendo sobrepreço de R\$ 326 milhões na contratação das obras de engenharia civil.

Outra denúncia revelou que 26 trens comprados para a linha 5 do Metrô estavam se deteriorando no pátio, por problema de sinalização incompatível com a linha. Esses trens custaram R\$ 630 milhões e podem ter perdido a garantia em razão do abandono.

Outro problema reside no processo de concessão desta linha 5 - Lilás, juntamente com a Linha 17 - Ouro (Monotrilho). O governo estadual pretende passar a operação destas duas linhas para a iniciativa privada, sem praticamente nenhuma contrapartida de investimento. A outorga mínima é de R\$ 189,6 milhões pela posse da linha, o que dá para construir somente cerca de 200 metros de rede metropolitária.

No caso da Linha 17, que foi encurtada, nenhuma estação está pronta. A linha devia ligar a estação São Paulo-Morumbi da Linha 4-Amarela (Butantã-Luz) à estação Jabaquara da Linha 1-Azul (Tucuruvi-Jabaquara), passando pelo Aeroporto de Congonhas, e devia ter sido concluída em 2014. Atualmente, se prevê a ligação do Aeroporto de Congonhas com a estação Morumbi da Linha 9-Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Nessa alteração, onze estações foram excluídas do projeto. Ainda não há previsão de quando a obra será concluída.

A demanda de passageiros estimada é de 855 mil por dia, na Linha 5-Lilás, e 185 mil por dia, na Linha 17. O concessionário será remunerado por passageiro transportado, um modelo que é criticado no sistema de ônibus do transporte coletivo paulistano. Será repassado o valor de R\$ 1,69 por passageiro, independentemente se ele só utilizou uma das linhas concedidas, se veio integrado de uma linha do Metrô estatal ou dos ônibus, ou se é beneficiário de gratuidade. No Metrô estatal, o repasse é proporcional. A tarifa à população será a mesma do restante da rede, atualmente em R\$ 3,80. Indicadores de desempenho e qualidade serão utilizados para definir a remuneração.

Quanto à Linha 6 Laranja do Metrô, lembramos que já esteve prevista no PPA Estadual 2000-2003 do Governo Covas. O início das obras foi assinado apenas em 2013, devendo ligar a região de Brasíliaândia, na zona Norte, a São Joaquim, no centro, com 15,9 km. O custo inicial previsto é de R\$ 9,6 bilhões. A promessa inicial era de conclusão até 2018. Agora foi o prazo para entrega final foi transferido para 2020. Dificuldades na execução das obras estão entre as alegações principais.

A mensagem que solicita o remanejamento dos recursos não detalha os problemas encontrados, mas sabemos que o Consórcio responsável pela obra da Linha 6 é composto pelas construtoras Odebrecht, Queiroz Galvão e UTC Engenharia, todas envolvidas na Lava Jato e com problemas na obtenção de financiamento junto ao BNDES. Em fevereiro deste ano tal obra já se encontrava paralisada a mais de 6 meses.

Essa linha 6 Laranja mostra que o discurso do PSDB de que a parceria com a iniciativa privada pode acelerar a construção de linhas metroviárias é falacioso. Os atrasos continuam mesmo onde a iniciativa privada está presente.

Por todas estas razões, a Bancada do PT decidiu liberar o voto, permitindo acolher tanto os mandatos que representam uma luta de muitos anos na melhoria do transporte público nas regiões da Capital beneficiadas pela ampliação da Linha 5 do Metrô, como também aqueles mandatos que acreditam que os desvios e problemas encontrados em todas estas obras não devem receber mais recursos, até que estas questões sejam resolvidas.

Dep. Alencar Santana Braga - Líder da Bancada do PT
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Reitero o meu compromisso de esclarecer esse engano cometido pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, que está levando a engano alguns nobres colegas do PT. Está se fazendo uma confusão. Amanhã apresentarei essa questão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 55 Srs. Deputados e Sras. Deputadas: 47 votaram “sim”, sete votaram “não”, e este deputado na Presidência, quorum suficiente para aprovar o projeto em questão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.
* * *
- Encerra-se a sessão às 22 horas e 04 minutos.
* * *

3 DE MAIO DE 2017

56ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES, CLÉLIA GOMES, DOUTOR ULYSSES e CAUÊ MACRIS
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca duas sessões solenes, ambas para 05/06: a primeira, às 10 horas, em “Homenagem aos 65 anos da Fapesp - Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo”, por solicitação do deputado Carlos Giannazi; e a segunda, às 20 horas, em “Comemoração do centenário do Lions Internacional”, por solicitação do deputado Marcos Damasio.

2 - JOOJI HATO

Julga que a greve geral, realizada em 28/04, foi democrática, mas crítica a ocorrência de vandalismo durante o ato. Aponta a reconstrução do Japão no pós-guerra como um exemplo a ser seguido pelo Brasil, para superar a crise econômica.

3 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES Convoca uma sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão.

4 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO Nega que os grevistas de 28/04 tenham participado de atos de vandalismo, pelos quais responsabiliza os Black Blocs. Ressalta a importância do direito de greve. Opõe-se à reforma das leis trabalhistas, proposta pelo governo federal.

5 - ORLANDO BOLÇONE Dá conhecimento de dados, apresentados em relatório entregue à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação desta Casa, acerca dos desafios enfrentados pelo setor em São Paulo. Destaca o papel da Fapesp no fomento à pesquisa em universidades e micro e pequenas empresas.

6 - DAVI ZAIA Discorre sobre plano, apresentado pela Fapesp, de modernização dos institutos paulistas de pesquisa. Dá exemplos de estudos financiados pela entidade, enfatizando sua relevância. Comenta matéria, da revista da Fapesp, que mostra a grande participação de mulheres na produção científica brasileira.

7 - LECI BRANDÃO Tece críticas a frase, que considera machista, do presidente Michel Temer. Afirma que ele desconhece a realidade das mulheres brasileiras. Manifesta seu apoio a palestinos presos depois de conflito com manifestantes anti-imigração, em 02/05, na Avenida Paulista. Diz que seu partido é contra os Black Blocs.

8 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES Concorde com as críticas da deputada Leci Brandão aos Black Blocs e aos que praticam vandalismo em manifestações.

9 - CORONEL TELHADA

Comunica a morte de policial militar, em São Vicente. Diz que a imprensa não noticia fatos deste gênero. Presta homenagem ao coronel Edson Fish, recém falecido. Justifica a detenção, em 02/05, de imigrantes palestinos, os quais acusa de terem atacado manifestantes contrários à nova Lei de Imigração.

10 - SEBASTIÃO SANTOS Descreve sua participação em seminário do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em que se discutiu o fortalecimento das entidades ligadas à área. Argumenta que a ausência de amparo do Poder Público empurra os jovens para a criminalidade.

11 - LUIZ CARLOS GONDIM Comenta a campanha “Abril Marrom”, que alerta para a prevenção da cegueira. Informa a realização de audiência pública, nesta Casa, sobre o assunto.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - LUIZ CARLOS GONDIM Pelo art. 82, em nome do SD, discorre sobre a campanha “Abril Marrom”, que combate a cegueira. Afirma que o acompanhamento desta questão de Saúde Pública deve ser constante.

13 - CLÉLIA GOMES Assume a Presidência.

14 - ANALICE FERNANDES Para comunicação, parabeniza os taquígrafos desta Casa pelo seu dia.

15 - ANALICE FERNANDES Assume a Presidência.

16 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO Pelo art. 82, em nome do PSDB, comenta reforma trabalhista do Governo Temer, em tramitação no Congresso Nacional. Crítica a proposta, destacando pontos os quais vê como prejudiciais ao trabalhador.

17 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO Elenca pontos da proposta de reforma trabalhista em tramitação no Congresso Nacional que, em sua visão, aumentarão o número de processos na Justiça do Trabalho. Afirma que a proposição, da maneira como altera a CLT, destrói o legado do ex-presidente Getúlio Vargas em relação aos direitos trabalhistas. Repudia a aprovação do projeto nos moldes que se encontra.

18 - DOUTOR ULYSSES Assume a Presidência.

19 - ITAMAR BORGES Saúde o aniversário de 20 anos do Banco do Povo Paulista. Discorre sobre a importância das atividades da instituição. Cita projetos de lei, em tramitação nesta Casa, que visam o aperfeiçoamento do órgão. Parabeniza a Escola Estadual Professor Itael de Mattos, de Santa Fé do Sul, pelo 60º aniversário. Elogia a atual Presidência pela alteração da forma de denominação da autoria de projetos coletivos nesta Casa.

20 - SEBASTIÃO SANTOS Pelo art. 82, em nome do PRB, relata participação no evento Circuito Energia - CPFL. Saúde aprovação de lei que estabelece novos critérios para elevação de municípios ao interesse turístico.

21 - MARCOS ZERBINI Solicita a suspensão da sessão até as 17 horas, por acordo de lideranças.

22 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES Defere o pedido e suspende a sessão às 16h13min.

23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h07min.

24 - CEZINHA DE MADUREIRA Solicita a suspensão da sessão até as 17 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido e suspende a sessão às 17h08min, reabrindo-a às 17h32min.

26 - JOÃO PAULO RILLO Para Questão de Ordem, informa que deve apresentar, por escrito, duas questões de ordem, uma sobre a reforma do Regimento Interno, e outra acerca da tramitação de projeto de lei para decretação de calamidade financeira em Americana.

ORDEM DO DIA

27 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Informa que deve responder as questões em momento oportuno. Coloca em votação requerimento, do deputado Barros Munhoz, de alteração da Ordem do Dia.

28 - BARROS MUNHOZ Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido e suspende a sessão às 17h35min, reabrindo-a às 17h44min. Anuncia a visita do prefeito Cristiano Macedo Engel e do secretário de Trânsito e Segurança, Victor Hugo Rocha, do município de Martinópolis.

30 - CEZINHA DE MADUREIRA Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

31 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido e suspende a sessão às 17h45min, reabrindo-a às 17h49min.

32 - WELLINGTON MOURA Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

33 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido e suspende a sessão às 17h49min, reabrindo-a às 17h54min.

34 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, cumprimenta os visitantes presentes nas galerias. Declara-se favorável às suas reivindicações, relacionadas ao teto salarial dos fiscais de renda. Defende a celeridade para pautar a PEC 5/16. Assinala que essa proposição tem amplo apoio dos parlamentares.

35 - JORGE CARUSO Para comunicação, faz eco ao pronunciamento do deputado Campos Machado. Pontua que a demora desta Casa para se posicionar em relação ao teto da remuneração dos fiscais de renda contrasta com a intenção de pautar projeto de lei visando à isenção de pagamento de dívidas pelos maiores devedores do Estado, que critica.

36 - CEZINHA DE MADUREIRA Para comunicação, saúda os visitantes. Informa sua disponibilidade para dialogar a respeito da tramitação da proposta de emenda constitucional.

37 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de alteração da Ordem do Dia.

38 - ALENCAR SANTANA BRAGA Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

39 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido e suspende a sessão às 17h59min, reabrindo-a às 18h07min. Coloca em discussão o PL 872/16.

40 - CARLOS CEZAR Discute o PL 872/16 (aparteado pelos deputados Barros Munhoz, Campos Machado, Rodrigo Moraes, e Ed Thomas).

41 - MÁRCIO CAMARGO Para reclamação, considera que não fora convidado, pelo governo estadual, para reunião em sua cidade, Cotia. Tece críticas à atuação da equipe do governador Geraldo Alckmin.

42 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Afirma que deve buscar esclarecimentos acerca do tratamento dado por secretários do Estado aos parlamentares desta Casa. Considera a necessidade de reciprocidade entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

43 - CORONEL CAMILO

Para comunicação, faz elogios à postura do presidente Cauê Macris. Declara o apoio do PSD ao projeto de lei em discussão e à PEC 5/16.

44 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Frisa a dificuldade da função de líder do Governo. Defende o respeito às prerrogativas parlamentares. Reitera que esta Casa deve dar tratamento recíproco àquele recebido por representantes do governo estadual e do setor privado.

45 - WELLINGTON MOURA

Discute o PL 872/16.

46 - BARROS MUNHOZ Solicita a prorrogação da sessão por 2 horas e 30 minutos e 2 horas e 29 minutos.

47 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido.

48 - ENIO TATTO Discute o PL 872/16.

49 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de prorrogação da sessão por 2 horas e 30 minutos. Encerra a discussão e coloca em votação o PL 872/16. Agradece as referências à sua atuação como líder do Governo, feitas pelo deputado Enio Tatto. Sinaliza que, nessa posição, defendia os interesses do governo estadual. Pontua que, como presidente desta Casa, deve representar todos os deputados, com igualdade. Relata seu posicionamento em favor do deputado Alencar Santana Braga, em relação a uma dificuldade enfrentada por ele com representante do Governo. Frisa sua franqueza acerca de posicionamentos políticos. Esclarece que deve buscar o consenso, por meio do diálogo, acerca de proposições conflituosas, antes de levá-las ao debate em plenário.

50 - ENIO TATTO

Para comunicação, acentua a coerência existente, a seu ver, na atuação do presidente Cauê Macris, como líder do Governo. Defende que, na posição atual, ele opte por colocar em pauta a PEC relacionada ao teto salarial dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Questiona o posicionamento do parlamentar acerca do Orçamento Impositivo.

51 - TEONILIO BARBA

Encaminha a votação do projeto em tela, em nome do PT.

52 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Reafirma seu posicionamento, como presidente desta Casa, de independência em relação a quaisquer poderes. Discorre sobre a relevância da PEC 5/16. Informa que deve receber os interessados nessa proposição no Colégio de Líderes, em breve, para realização de debate do seu conteúdo. Declara que mantém a posição divergente em relação ao Orçamento Impositivo. Considera que o tema é passível de debate.

53 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação e declara aprovado o PL 872/16, salvo emendas.

54 - WELLINGTON MOURA

Solicita verificação de votação.

55 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido.

56 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, demonstra-se incomodado com os pronunciamentos dos deputados Enio Tatto e Teonílio Barba. Tece considerações sobre o desempenho do PT e do PSDB nas últimas eleições estaduais. Aponta que, a seu ver, o projeto ora aprovado é de interesse da população.

57 - JOSÉ AMÉRICO

Para comunicação, aborda as citações do nome de Aécio Neves em denúncias de corrupção. Considera que a conjuntura política atual apresenta-se desfavorável ao PSDB. Indica que, a seu ver, o pronunciamento previsto de Paulo Preto deve atingir esse partido político.

58 - WELLINGTON MOURA Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PRB.

59 - TEONILIO BARBA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.

60 - JORGE CARUSO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.

61 - FELICIANO FILHO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

62 - ED THOMAS

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

63 - EDSON GIRIBONI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PV.

64 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.

65 - RICARDO MADALENA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PR.

66 - ANTONIO SALIM CURIATI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.

67 - DAVI ZAIA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PPS.